

1 **ATA 23º DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**
2 **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE**
3 **SAÚDE**

4
5 Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em reunião
6 híbrida, realizou-se a vigésima terceira Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto
7 de Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde, sob a presidência
8 do Dr. João Ricardo dos Santos Costa, presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde, e
9 secretariada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária. **1) Abertura da Reunião Ordinária.** Foi
10 declarada aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros representantes do
11 Governo do Estado, titulares Thiago Dapper, Júlio César Viero Ruivo, Mauro Luciano Hauschild,
12 Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), João Ricardo dos Santos Costa (TJRS), e Maria Cristina
13 Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS); e representantes dos segurados titulares Katia Terraciano
14 Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Marcia Elisa Pereira Trindade e Antônio de
15 Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andreazza (Cpers). A reunião contou, ainda,
16 com a presença da Diretora de Planejamento e Orçamento do IPE Saúde, Mary Mendes, da
17 assessora Berenice Nogueira, da economista e técnica Dieese assessoria CPERS, Anelise Manganelli,
18 e dos suplentes Paulo Olympio e Danilo Krause. **2) Ausências justificadas.** Não houve conselheiros
19 ausentes. **3) Aprovação da ata de reunião ordinária do dia 04/11/2021.** A ata foi aprovada, por
20 unanimidade, sem ressalvas. **4) Correspondências expedidas.** Ofício 40/2021 no processo PROA nº:
21 21/2441-0003583-2 que solicita informação sobre percentual de receitas e despesas dos Poderes
22 para com o IPE Saúde e criação de um mecanismo de análise do impacto financeiro com a
23 implementação do Auxílio Saúde no Poder Judiciário; Ofício 41/2021 no processo PROA nº:
24 21/2441-0011330-2 que solicita o projeto de alteração da Lei nº 15.145 e dos processos judiciais
25 que justificam a alteração do Artigo 34 da mesma legislação; Ofício 42/2021 no processo PROA nº:
26 21/2441-0000218-7 que questiona sobre existência de inconstitucionalidades na resolução do
27 PAMERP; Ofício 43/2021 no processo PROA nº: 21/2441-0012202-6 que solicita reunião urgente
28 com o secretário da Fazenda, Marco Aurélio Santos Cardoso, e secretário de Planejamento,

29 Governança e Gestão, Cláudio Gastal, para discutir sobre débitos do Estado com o IPE Saúde e
30 situação financeira do instituto; Ofício 44/2021 nos processos PROA n°: 21/2441-0009645-9;
31 21/2441-0009530-4; 21/2441-0011066-4; 21/2441-0007590-7; 21/2441-0011077-0, solicitando
32 atualizações sobre as pautas debatidas pelo Conselho de Administração; e Ofício 45/2021 no
33 processo PROA n° 21/2441-0011067-2 informando sobre o conhecimento do Orçamento 2022 e
34 atitudes tomadas a partir da apresentação dos dados. **5) Correspondências recebidas.** PROA
35 21/2441-0013497-0 sobre o Relatório Situacional Econômico-Financeiro de janeiro a
36 setembro/2021 do IPE Saúde; PROA 21/2441-0013219-6 sobre minuta de decreto da Estrutura
37 Organizacional do IPE Saúde; e PROA 21/2441-0011330-2, em resposta ao Ofício CA n° 41/2021,
38 sobre a proposta atualizada de alteração de Lei n° 15.145/2018. **6) Relatos sobre reunião da**
39 **Promotoria de Patrimônio Público e Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado.** No
40 início da reunião, houve discussões sobre a melhoria da qualidade de reunião híbrida do Conselho
41 de Administração, por conta da observação de problemas técnicos referentes a recepção de áudio
42 pelos Conselheiros que estavam assistindo de forma virtual. Assim, o conselheiro Thiago Dapper,
43 que também é o gestor do projeto “Telepresença” da empresa Cisco no Rio Grande do Sul, sugeriu
44 que a Presidência do instituto faça a adesão dos equipamentos próprios para reuniões do Conselho
45 de Administração no IPE Saúde contemplados no projeto “Telepresença”. Considerando as
46 discussões e a sugestão do Conselheiro Thiago, foi aprovado por unanimidade o encaminhamento
47 de um ofício à Presidência do IPE Saúde solicitando a compra dos equipamentos adequados para
48 realização de reuniões virtuais e presenciais pelo Conselho. Após, foi dado início aos relatos sobre
49 a reunião da Promotoria de Patrimônio Público, ocorrida no dia 17 de novembro, que debateu a
50 questão estrutural do IPE Saúde. O Conselheiro Thiago Dapper iniciou sua fala relatando que a
51 referida reunião contou com a presença dos técnicos da CAGE, da SPGG, Ministério Público, além
52 de outros órgãos reguladores, afirmando que a ocasião foi produtiva, pois observou um
53 comprometimento do Governo do Estado para com o IPE Saúde e salientando que o plano de ação
54 apresentado pela Presidência do IPE Saúde, durante a reunião, conseguiu se mostrar eficiente no
55 auxílio da resolução dos déficits do instituto. Também relatou sobre as deliberações realizadas por
56 meio desta reunião e sobre a contratação de uma empresa que oferecerá os serviços de auditoria

57 ao instituto. Thiago Dapper disse entender como uma oportunidade a intervenção do Ministério
58 Público na discussão da reestruturação do IPE Saúde e nos pagamentos das patronais devidas à
59 autarquia. Na sequência a fala de Thiago, a Conselheira Maria Cristina posicionou-se defendendo
60 que pelo menos um representante do Conselho de Administração deveria estar presente nestas
61 reuniões e audiências que debatem pautas sobre IPE Saúde, justamente para que o Conselho de
62 Administração fique a par das discussões e deliberações tomadas. O Conselheiro e Presidente do
63 IPE Saúde, Júlio Ruivo, manifestou-se complementando o relato dado pelo Conselheiro Thiago
64 Dapper e afirmou que o plano de ação criado pelo instituto foi apresentado ao Governo do Estado
65 como uma manifestação de preocupação sobre os déficits que o IPE Saúde vem enfrentando. Ao
66 mesmo tempo desta discussão, Júlio informou que foi reaberto um inquérito pelo Ministério
67 Público que pautava os sobrepreços pagos pelo instituto, ao encontro com o plano de ação
68 construído pela Presidência da autarquia. A partir disto, agendou-se mais reuniões para debater a
69 questão e conseguiu-se incluir o IPE Saúde como um dos focos de ações estratégicas do Governo
70 do Estado para o ano de 2022. Dando sequência aos relatos, o Presidente do Conselho de
71 Administração, João Ricardo, passou as falas para os Conselheiros que participaram da audiência
72 pública, ocorrida na Assembleia Legislativa, que teve como pauta o IPE Saúde. A Conselheira Katia
73 Terraciano iniciou sua fala informando que ela e o Conselheiro Ives Agamenon fizeram questão de
74 apontar ao Legislativo as responsabilidades do Governo do Estado e dos fornecedores para com o
75 plano de saúde. Salientaram, também, a importância da reposição salarial dos servidores públicos,
76 que impacta diretamente na receita do Instituto, portanto, se este está congelado há sete anos,
77 também está congelada a receita do FAS. Além disto, os Conselheiros apontaram a necessidade do
78 repasse dos valores dos imóveis que pertenciam ao FAS e foram transferidos para o Programa de
79 Gestão de Patrimônio Imobiliário do Governo do Estado, e discutiram sobre o relacionamento entre
80 o IPE Saúde e a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. A Conselheira Marcia Elisa, por sua vez,
81 reiterou os relatos dados pela Conselheira Katia e posicionou-se, ainda, que o Conselho de
82 Administração vem sendo desprestigiado, visto que o plano de ação apresentado pela Presidência
83 do IPE Saúde ao Governo do Estado, anteriormente relatado pelos Conselheiros Thiago Dapper e
84 Júlio Ruivo, não retornou ao Conselho de Administração, como deveria, antes de ser exposto

85 oficialmente ao Executivo. Marcia salientou que o Conselho de Administração é o órgão regulador
86 e que deve ser prioritário, informando que pontuou na audiência pública debatida se relaciona ao
87 desrespeito ao espaço do Conselho de Administração como colegiado regulador das ações da
88 Diretoria Executiva e Presidência do instituto. Na sequência o Conselheiro Ives Agamenon
89 complementou os relatos anteriores afirmando que também foram apresentadas, durante a
90 audiência, soluções e alternativas de melhoria das receitas do IPE Saúde, além de alertar sobre os
91 milhares de beneficiários que são dependentes do plano, solicitando apenas que o Estado cumpra
92 o que está previsto em Lei para com o instituto, que é subsidiá-lo. Após as falas do Conselheiro Ives,
93 Katia Terraciano retomou sua manifestação informando que a atual bandeira das entidades e dos
94 servidores estaduais é que o Presidente do IPE Saúde seja um servidor público de carreira que se
95 comprometa a estar presente resolvendo os problemas da autarquia. Katia salientou, ainda, que
96 não se pode ter esta alternância excessiva de presidente em tão pouco período de tempo,
97 reiterando que não é aceitável que o Governo faça do IPE Saúde “Casa de Passagem Política
98 Partidária”. A Conselheira Marcia Elisa, por sua vez, completou que esta troca constante de
99 presidente na autarquia compromete o desenvolvimento das ações, pois quando um presidente
100 está tomando conhecimento sobre o instituto, o mesmo é trocado por outro servidor. O presidente
101 do Conselho de Administração, João Ricardo, manifestou-se, ainda relatando sobre a audiência
102 pública, que achou interessante a fala da deputada Sofia Cavedon de que o IPE Saúde é financiado
103 pelos servidores estaduais, pois, segundo o presidente do colegiado, está é uma verdade. Até
104 mesmo as paritárias repassadas pelo Governo do Estado são de valores considerados incorporados
105 aos vencimentos dos servidores públicos, disse João Ricardo. Portanto, segundo o Presidente do
106 Conselho, defende também que a administração do instituto seja feita por um servidor de carreira.
107 **7) Apresentação do Relatório Situacional Econômico-Financeiro de janeiro a setembro/2021.** A
108 assessora Mary Mendes iniciou as apresentações do relatório explicando que este é um projeto
109 piloto que tem por meta ser construído a cada três meses para apresentação da situação econômica
110 e financeira do IPE Saúde à Diretoria Executiva do IPE Saúde e Conselho de Administração, sendo
111 um documento oficial que apresentará dados de todas as áreas do instituto. Na sequência, Mary
112 Mendes demonstrou os dados levantados que contemplam informações sobre os limitadores de

113 despesas e investimentos no período, tendo como base as Dotações Orçamentárias constantes na
114 LDO do Exercício 2021. A Assessora Mary apresentou também as arrecadações do IPE Saúde que,
115 segundo ela, foram acima do esperado no período, justificando que este aumento nas arrecadações
116 se deu, principalmente, pelo pagamento de uma das patronais devidas ao IPE Saúde. Demonstrou-
117 se, também, as receitas mensais totais, dotação inicial das despesas, despesas empenhadas no
118 período, e a análise por grupo de natureza da despesa operacional paga (que contempla as despesas
119 com pessoal e encargos e outras despesas correntes). No meio da apresentação, o Conselheiro
120 Álvaro Panizza levantou uma preocupação e alerta sobre a nova política do Governo do Estado de
121 restrição dos gastos pelo período de 10 anos, assim comprometendo os repasses realizados aos
122 órgãos estaduais. Por conta disto, o Conselheiro Álvaro defendeu que esta política deve ser
123 considerada e estar prevista no levantamento construído trimestralmente pelo IPE Saúde.
124 Considerando a colocação do Conselheiro, a assessora Mary Mendes explicou que a despesa médica
125 está prevista como despesa corrente, desta forma não existindo restrição nos investimentos do
126 Estado para esta parte. O Conselheiro Thiago Dapper, por sua vez, sugeriu ao presidente do IPE
127 Saúde, Júlio Ruivo, que levasse especificamente esta pauta para assunto na Casa Civil do Estado a
128 fim de discutir a perspectivas nos gastos da autarquia para os próximos anos. Retornando a
129 apresentação e para finalizar, a Assessora Mary Mendes apresentou os dados dos dias de atraso
130 nos pagamentos aos prestadores, lembrando os prazos iniciais para repasses de consultas
131 médicas, procedimentos, emergências, entre outros serviços. Finalizando a discussão, ficou
132 combinado entre os Conselheiros que será realizada a leitura completa do relatório de forma
133 individual e os questionamentos e levantamentos que surgirem deverão ser discutidos na próxima
134 reunião ordinária do Conselho de Administração que ocorrerá no dia 02 de dezembro de 2021 com
135 a presença da assessora Mary Mendes para esclarecimento das dúvidas. **8) Discussão sobre**
136 **percentual de contribuição do Poder Judiciário.** O assunto foi retirado de pauta nesta reunião, pois
137 não foi recepcionado pelo Conselho de Administração o material com o levantamento dos dados
138 de contribuição dos Poderes, anteriormente solicitado em reunião ordinária. O assunto está
139 previsto para ser discutido na próxima reunião ordinária do Conselho de Administração que
140 ocorrerá no dia 02 de dezembro de 2021. **9) Discussões sobre a proposta de alteração na Lei nº**

141 **15.145, de 5 de abril de 2018.** A pauta ficou agendada para debate na próxima reunião ordinária
142 que ocorrerá no dia 02 de dezembro de 2021. **10) Assuntos de Ordem Geral.** Não houve assuntos
143 a serem discutidos. **11) Definição de pauta para a próxima sessão.** Para a próxima reunião ordinária
144 do Conselho de Administração que ocorrerá no dia 02 de dezembro de 2021, ficaram pautados os
145 seguintes temas: Discussão sobre o Relatório Situacional Econômico-Financeiro de janeiro a
146 setembro/2021. (PROA nº 21/2441-0013497-0); Discussão sobre o percentual de contribuição do
147 Poder Judiciário ao IPE Saúde (PROA nº 21/2441-0003583-2); Discussão e votação sobre a proposta
148 de alteração na Lei nº 15.145 de 5 de abril de 2018. Para assuntos de ordem geral: Relatos das
149 comissões internas de discussão sobre as Medidas de Redução de Despesas e Providências na
150 Ampliação das Receitas do Sistema IPE Saúde (Pauta permanente). **12) Encerramento.** Nada mais
151 havendo a tratar, e dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata
152 que vai elaborada, revisada e assinada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária do Conselho
153 de Administração, e pelo presidente do Conselho de Administração, Dr. João Ricardo dos Santos
154 Costa, sendo declarada aprovada a ata desta sessão, que se encontra à disposição dos Senhores
155 Conselheiros, por meio eletrônico, ressaltando-lhes o direito de retificá-la, por escrito, se assim o
156 desejarem.

157

158

Reunião Virtual, 18 de novembro de 2021.

159

160

João Ricardo dos Santos Costa

161

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

162

163

Thuane Liesenfeld Borges

164

Secretária do Conselho de Administração do IPE Saúde.